



KONINKRIJK BELGIË
Federale Overheidsdienst
Buitenlandse Zaken,
Buitenlandse Handel en
Ontwikkelingssamenwerking

D1.4 Oost- en Zuidelijk Afrika

Uw contactpersoon:
Melanie Schellens, diensthoofd
Tel: 02 501 40 42
E-mail: Melanie.schellens@diplobel.fed.be

Aan de heer C. Michiels
Voorzitter van het Directiecomité
BTC
Hoogstraat 147
B-1000-Brussel
België

DIRGEN :	
000176	04.05.2010
org. : GE.O.C. Leuven	datum (PT)
cc : CM, JPL, DOD, AVB, RC	
ons kenmerk	
D1.4/ms/2010/14365	
te vermelden in elke briefwisseling	

30-04-2010

uw bericht van
[dd/mm/jjjj]

uw kenmerk
[xxxxx]

Onderwerp: Mozambique – Tax Reform - uitvoeringovereenkomst

Geachte heer,

In bijlage vindt u een door de Minister ondertekend exemplaar van de uitvoeringsovereenkomst voor het programma sectorale budgethulp "Tax Reform" in Mozambique.

U vindt de Bijzondere Overeenkomst voor dit programma eveneens in bijlage – deze werd getekend in Maputo op 5 maart.

We verzoeken u de betaling van het voorschot voor de expertise en de factuur van de eerst schijf van de gift zo spoedig mogelijk te willen indienen en wensen u een succesvolle uitvoering van dit programma.

Met vriendelijke groeten,

Marc Denys
Directeur

Bijlage(n):2

Kopie aan:



Acordo Específico
Entre
A República de Moçambique
E
O Reino da Bélgica
Sobre

**O Fundo Comum para a Implementação da Reforma
da Autoridade Tributária 2009-2010**

Março 2010

A República de Moçambique, doravante designada por "Moçambique"

e

**O Reino da Bélgica, doravante designado por "Bélgica",
ambos designados como "Partes",**

Considerando o "Acordo Geral sobre a Cooperação para o Desenvolvimento entre Moçambique e a Bélgica", assinado em Bruxelas, em 11 de Maio de 2001;

Considerando as minutas acordadas, da primeira Comissão Conjunta sobre a Cooperação para o Desenvolvimento realizada em Maputo em 3 de Maio de 2006, entre a República de Moçambique e o Reino da Bélgica e o seu "Programa Indicativo de Cooperação para o período 2006-2008" anexo;

Considerando as minutas acordadas, da primeira e segunda Comissão de Parceria Belgo-Moçambicana, realizadas em 29/11/2007 e em 25/11/2008, respectivamente;

Considerando o "Memorando de Entendimento entre o Governo de Moçambique e os Parceiros para o Desenvolvimento, no Fundo Comum para a Implementação da Autoridade Tributária 2007-2010", (MdE) aprovado pela Autoridade Tributária, em representação de Moçambique, em 25 de Outubro de 2007 e com uma cláusula adicional incorporada para a Bélgica;

Acordam o seguinte:

Artigo 1
(Definição e Objecto do Acordo)

O presente Acordo especifica os dispositivos respeitantes à contribuição da Bélgica para a implementação da Reforma da Autoridade Tributária, conforme programado no "Plano Estratégico da Autoridade Tributária 2009-2010".

Os objectivos globais da Reforma da Autoridade Tributária encontram-se definidos no artigo 1.1 (iv) do MdE:

- Implementação e operacionalização da Reforma Tributária;
- Estabelecimento e uso de práticas de gestão modernas na Autoridade Tributária;
- Melhoria na colecta das receitas em termos de valor absoluto e em percentagem de PIB, através da melhoria na colecta e no alargamento da base tributária;
- A melhoria da colecta de impostos em termos da eficiência e justiça do imposto.

A contribuição Belga é canalizada de acordo com as provisões do "Memorando de Entendimento entre o Governo de Moçambique e os Parceiros para o Desenvolvimento, para a Implementação da Autoridade Tributária 2007-2010".

O Memorando será assinado pela Bélgica na data em que o presente Acordo Específico for assinado e será anexo ao Acordo Específico.

Artigo 2 **(Responsabilidades das Partes)**

2.1. As responsabilidades das Partes descrevem-se na totalidade no MdE.

2.2. A Bélgica designa:

2.2.1. A "Direcção Geral da Cooperação para o Desenvolvimento" do Serviço Público Federal dos Negócios Estrangeiros, Comércio Externo e Cooperação para o Desenvolvimento, daqui em diante denominada DGCD, como a entidade administrativa Belga, responsável pela contribuição Belga.

A DGCD está representada em Moçambique pelo Adido da Cooperação sediado em Maputo.

2.2.2. A "Cooperação Técnica Belga", daqui em diante referida como CTB, como a entidade Belga responsável pela monitorização e avaliação do Fundo Comum e a da participação Belga no Fundo Comum, de acordo com as disposições do MdE.

A CTB está representada em Moçambique pelo Representante Residente responsável para Moçambique.

A CTB estará presente em todas as actividades de monitorização, avaliação e de controlo, incluídas no Memorando. Para este fim, a CTB participará como membro na Comissão de Parceria que se estabelecerá no quadro do Memorando.

2.3. Moçambique designa:

2.3.1. Autoridade Tributária, como a entidade responsável pela execução das actividades do Fundo Comum, de acordo com as provisões do Memorando.

2.4. As partes tomarão todas as medidas administrativas e orçamentais necessárias para atingir os objectivos deste Acordo Específico.

Artigo 3
(Contribuição das Partes)

- 3.1. O Memorando de Entendimento estipula os princípios e os termos para a parceria entre Moçambique e as partes assinantes, para as actividades financiadas pelo Fundo Comum.
- 3.2. As contribuições e obrigações de Moçambique para a Reforma da Autoridade Tributária descrevem-se nas diferentes secções do MdE.
- 3.3. A contribuição da subvenção Belga para o Fundo Comum para a Implementação da Autoridade Tributária 2009-2010 é de 2 milhões de Euros.
- 3.4. Modalidades de desembolso:

A contribuição Belga será desembolsada em duas prestações de 1.000.000 euros cada.

- a primeira prestação de 1.000.000 euros para o ano fiscal Moçambicano de 2010 será transferida após a assinatura deste Acordo Específico e da submissão do Plano Anual de Trabalho e do Orçamento para 2010 pela Autoridade Tributária.
- a segunda prestação de 1.000.000 euros para, o ano fiscal Moçambicano de 2010, será desembolsada conforme estipulado no segundo semestre de 2010.

Em particular os desembolsos no ano N dependerão de:

- a. Existência dum Plano de Trabalho Anual e Orçamento aprovados para o ano N (como previsto no art. 2.4.4. do MdE);
- b. Requisitos de apresentação de relatórios no ano N-1 (art. 4.4 do MdE);
- c. Disponibilidade no ano N da Auditoria Financeira externa anual do ano N-1 (conforme se prevê no art. 4.5 do MdE).

Os requisitos em b e c também se aplicam para a justificação retrospectiva no ano N+1 da terceira prestação. No caso de não cumprimento desta condição, a Bélgica pode requerer o reembolso desta prestação.

- 3.5. Tal como se prevê no art. 2.4.4 do MdE, a prestação planeada pode ser atrasada ou mesmo cancelada, num caso evidente de fraude ou dum grande desvio do Plano de Trabalho Anual e Orçamento acordados, no caso de não ser suficientemente corrigido, após ser detectado e notificado. No caso duma grave apropriação indevida ou de uso impróprio dos fundos transferidos, a

Bélgica reserva-se o direito de exigir unilateralmente ou conjuntamente a devolução dos fundos, na totalidade ou em parte.

- 3.6. A Bélgica transferirá a sua contribuição de acordo com a provisão do Memorando (art.2.4.3) para uma conta bancária em moeda estrangeira acordada com o Banco de Moçambique.
A Autoridade Tributária informará a Bélgica, por escrito, dos detalhes da conta.

Artigo 4 **(Controlo e Avaliação)**

O Controlo e a Avaliação serão de acordo com as provisões do Memorando, em particular das provisões de auditoria anual e de avaliação específica, previstas no art. 3.3 ('Análises') e da secção IV ('Mecanismos de Avaliação e Controlo').

O controlo e avaliação Belga serão feitos através de mecanismos conjuntos. A Bélgica não efectuará análises bilaterais conforme previsto no art. 4.1 (v) do MdE.

Artigo 5 **(Entrada em vigor, Duração, Modificações e Cessação)**

- 5.1. Este Acordo Específico entrará em vigor na data da sua assinatura pelas Partes.
- 5.2. Este Acordo Específico é válido por um período de 24 meses, com início a partir da data da sua assinatura.
- 5.3. As provisões do Acordo Específico podem ser modificadas por acordo mútuo entre as Partes, através da troca de cartas.
- 5.4. Quaisquer disputas relacionadas com a aplicação e a interpretação deste Acordo Específico serão resolvidas através de negociação bilateral.
- 5.5. Este Acordo Específico pode ser denunciado por qualquer uma das Partes, através de nota verbal, sujeita a um pré-aviso de pelo menos seis meses.

Artigo 6 **(Notificações)**

Todas as notificações relacionadas com este Acordo Específico e mais especificamente relativas as modificações e interpretações deste Acordo, serão comunicadas através dos canais diplomáticos nas seguintes moradas:

para Moçambique:
Autoridade Tributária

Para a Bélgica:
Embaixada da Bélgica

Todas as notificações relacionadas com a execução do presente Acordo; conforme mencionado no MdE, deverão ser endereçadas para as seguintes moradas:

para Moçambique:
Autoridade Tributária, Maputo

Para a Bélgica:
Cooperação Técnica Belga, Maputo

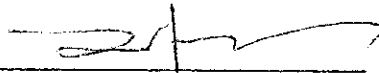
Artigo 7
(Disposições Finais)

Em testemunho, os signatários abaixo, devidamente autorizados, assinaram o presente Acordo Específico.

Feito em duplicado, em Maputo no dia **05 de Março de 2010** em língua inglesa e em língua portuguesa, sendo as cópias igualmente autênticas.

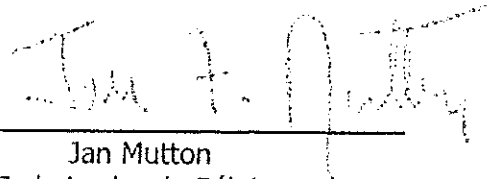
Assinatura

por Moçambique



Rosário B. Fernandes
Presidente da Autoridade Tributária

pela Bélgica



Jan Mutton
Embaixador da Bélgica

Anexo 1: Memorando de Entendimento entre o Governo de Moçambique e os Parceiros para o Desenvolvimento, no Fundo Comum para a Implementação da Reforma da Autoridade Tributária 2007-2010.